

# ACTAS VIII

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
12 - 18 OUTUBRO  
1993



# 1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
1995

**S.P.A.E.**  
S O C I E D A D E  
P O R T U G U E S A D E  
A N T R O P O L O G I A  
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE  
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXV (Fasc. 4)

# 1.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

## A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

**Capa:** Rocha gravada de Penascosa, Castelo Melhor (Rio Côa)  
(Paleolítico Superior) (Foto: Vítor O. Jorge)

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
1995

um justo optimismo.

Subitamente. Como declara um professor: “Pela primeira vez, temos aqui um grupo de alunos que querem, de facto, fazer alguma coisa.” A autora comenta: “Tal é o envolvimento dos jovens nas inúmeras actividades em que se desdobram para dar corpo à sua posição em relação à defesa das gravuras.” Defesa que tantos incómodos causa às nossas entidades governamentais, que aos Santos Apóstolos ofereceram, sem êxito, meia dúzia de velinhas para intercederem junto da UNESCO no sentido de esta se manifestar a favor da continuação das obras da barragem.

Um dos professores fala (a expressão é bonita e poderia ser de Bourdieu) no “capital de curiosidade” dos alunos e confessa com modéstia: “Nós (professores) limitámo-nos a constatar o facto e a agir de acordo com ele.” Alunos que de tal modo estimularam os professores que estes “reorganizaram as actividades da área-escola para irem ao encontro das motivações” deles.

Entusiasmo dos alunos, só possível por ter surgido alguma coisa em que acreditaram (“Estamos a defender — diz um aluno — aquilo em que acreditamos”). E, conta ao jornalista, “não são as cartas sem resposta enviadas para o ministério e o mutismo da ministra que os vão desencorajar, o reconhecimento e o encorajamento público não lhes faz falta”. Saliente-se a inimaginável preocupação pedagógica que leva um burocrático Ministério da Educação a deixar sem resposta o entusiasmo daqueles jovens!

“Milagre educativo”, dizem os professores, eles próprios espantados. Possivelmente, já tinham deixado de acreditar nos jovens (e neles próprios ou na eficácia da escola). Professores que, “subitamente”, também passaram a acreditar.

O capital de curiosidade, de paixão, sem o qual não há ideais e que encontrou um motivo para acordar: a descoberta das pinturas rupestres. Que, muito possivelmente (e sirvo-me do título dum grande filme), os conduziu de “rebeldes sem causa” a “rebeldes com causa”. De tal modo que “a taxa de problemas disciplinares na escola baixou drasticamente”.

Conclusão: o capital existe, a apetência para os ideais existe. Mas também o problema: nem todos os dias, e em todas as terras, se descobrem gravuras pré-históricas. Por outras palavras: é preciso inventá-las e essa é, julgo eu, a tarefa de todos nós. Mas como?

*P.S. Li nos jornais que um dos nossos ilustres pedagogos, professor catedrático de Direito, descobriu o método de estimular a curiosidade jurídica dos seus alunos ao perguntar-lhes nos exames coisas como: “Quem esteve no enterro de Grotius?” Imagino que um catedrático de Física ou de Matemática pergunta ao aluno Einstein: “Quem esteve no enterro de Newton?” Ou o professor que ensinou contraponto a Beethoven: “Quem esteve no enterro de Bach?” Como um era irónico e o outro malcriado, gostaria de saber como responderiam.*

## CONTRA A HUMANIDADE\*

por

**Manuel António Pina\*\***

Esta semana, o “Times”, de Londres, e o “Le Monde”, de Paris (à semelhança do que outros jornais, um pouco por todo o Mundo, têm andado a escrever de há uns tempos para cá) acusaram o Governo do prof. Cavaco Silva de coisas como vandalismo cultural a propósito do que se está a passar com as gravuras rupestres de Foz Côa. Para aqueles jornais, como para instâncias internacionais como a UNESCO, a jazida pré-histórica de Foz Côa, que parece ser a maior e mais importante da Europa a céu aberto, é património cultural da Humanidade e não do Governo do prof. Cavaco Silva ou da EDP, pelo que intimam o professor a pôr termo às obras da barragem e a entregar, livre e aluvial, gravuras e jazida à dita Humanidade.

É uma injustiça. Também esta semana, um jornal financeiro inglês chamava, em título de caixa alta, “República das Bananas” ao Portugal do prof. Cavaco Silva só por causa do frete bolsista que o Dr. Eduardo Catroga fez ao benemérito empresário António Champalimaud, permitindo-lhe meter o Totta ao bolso sem ter que conformar-se a minudências como as leis que regulam o mercado de valores.

O prof. Cavaco Silva é, pelos vistos, tão incompreendido lá fora como cá dentro. O caso de Foz Côa, então, é paradigmático. A Humanidade diz, pelas penas circunspectas do “Times” e do “Le Monde”, que as gravuras são dela. Não queria a Humanidade mais nada!

O Governo do prof. Cavaco Silva já deu que baste à Humanidade em matéria cultural. Mas a Humanidade tem, ao que parece, má memória; ou, pelo menos, a perplexa e suspeita parte da Humanidade que são o “Times” e o “Le Monde” (porque ainda ninguém ouviu nenhum “coolie” de Xangai, nenhum “homeless” de

\* Publicado no *Jornal de Notícias* de 15-03-95.

\*\* Jornalista e poeta.

Nova Iorque, nenhum “fellah” do Egipto, nenhum pária ou “sudra” do Bangladesh, nem sequer nenhum desempregado do Alentejo, a gritar pelas gravuras...)

Um Governo que já entregou de mão beijada ao património cultural da Humanidade coisas inestimáveis como os concertos para violino de Chopin, a “Utopia” de Thomas Mann ou o Centro Cultural de Belém merecia que a Humanidade fosse mais bem agradecida!

Se todos os inúmeros secretários de Estado da Cultura que há por esse Mundo fora tivessem ocupado o mandato a descobrir ao menos um concerto para violino de Chopin, ou um solo de “jazz” de Beethoven, ou só que fosse um vira de António Vitorino de Almeida; se todos os primeiros-ministros, como o prof. Cavaco Silva, tivessem interposto ao menos uma acção de paternidade literária ilegítima como a que permitiu apurar que foi Thomas Mann, e não Thomas More, quem escreveu a “Utopia” (teria realmente Camões escrito “Os Lusíadas” ou foi Manuel Alegre?, será Vergílio Ferreira o verdadeiro autor da “Eneida”?, e Vasco Graça Moura o do “Dr. Kildare”? — provavelmente nunca o saberemos...); e se todos os Governos, e não só os de Keops, de Kublai Khan e do prof. Cavaco Silva, mandassem fazer centros culturais do tamanho do de Belém, já a Humanidade estaria cheia de cultura até ao pescoço e andaria mais preocupada em não submergir ela própria do que com a submersão das gravuras de Foz Côa...

Por isso se afigura mais do que justo que o Governo do prof. Cavaco Silva continue a resistir heroicamente à ganância cultural da Humanidade (que mais quer ainda a Humanidade do prof. Cavaco Silva!?) e às investidas das legiões de arqueólogos, historiadores, estudantes do Secundário, jornalistas e outras forças de bloqueio; se for necessário, formaremos em quadrado, como em Aljubarrota! A Humanidade não levará a melhor!

## CÔA: “FUNDAMENTALISMO” DO BETÃO?\*

por

Vítor Oliveira Jorge

Uma barragem leva muito tempo a projectar, envolve numerosos e alongados estudos e avultados investimentos e, naturalmente, interesses poderosos. Compreendemos assim, em princípio, que uma decisão política sobre a sua suspensão e eventual abandono não possa ser tomada de ânimo leve, nem seja fácil, psicologicamente, de admitir, sobretudo para quem vê nela o próprio símbolo do progresso. Assim tem acontecido com a barragem de Foz Côa.

Porém, estamos aqui, no Côa, perante um *caso excepcional a nível mundial*, pois afecta um património único, cujo potencial cultural e económico é absolutamente inédito. Em consequência, o caso requer também uma coragem política e uma *decisão excepcionais*, sustentadas numa opinião pública esclarecida. Tal decisão terá, a curto e médio prazo, certos custos materiais indiscutíveis, mas, a mais longo prazo, uma valência ética, cultural e sobretudo económica — e, consequentemente, política — também excepcionais.

É este ponto de vista (que não erigimos em dogma) que, há meses, tentamos explicar ao Governo, à Oposição, ao IPPAR e à EDP, às populações, aos jornalistas e aos estudantes, enfim, a todos os nossos interlocutores. Fazemo-lo na condição de cidadão que se julga consciente das suas responsabilidades cívicas, e de investigador de Arqueologia com 30 anos de prática, e não de “fundamentalista”, ecológico ou outro. Detestamos, aliás, qualquer tipo de fundamentalismo, radicalismo, ou dogmatismo, seja de que sentido for.

Mas, precisamente por isso, neste caso do Côa pensamos que mais vale parar já — desde logo para realizar estudos que vão ser necessariamente demorados,

\* Texto apresentado em conferência de imprensa realizada, em 27 de Março de 1995, na Faculdade de Letras da U. P., por ocasião da apresentação do vol. VII das Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular e do anúncio do IIº Congresso de Arqueologia Peninsular em Zamora (Setembro de 1996), e publicado no *Jornal de Notícias* de 18-04-95. Naquela sessão, em que igualmente se fez a apresentação de uma proposta de criação do Parque Arqueológico do Côa, participaram o Prof. Rodrigo de Balbín Behrmann, da Univ. de Alcalá de Henares, um dos secretários-gerais para Espanha do IIº Congresso, e os Drs. António Manuel Silva e Virgílio Correia, da Pró-APA.